

*Entrevista com
José Murilo de Carvalho*

*Entrevista concedida em 9 de outubro de 1998 a Lucia Lippi Oliveira,
Marieta de Moraes Ferreira e Celso Castro.*

Você acabou de lançar um livro intitulado Pontos e bordados. Por que esse título, e de que se trata?

Quando minha mãe leu o título do livro, que estava sendo lançado em Belo Horizonte, disse: “Vai encher de costureiras no lançamento...” Por isso mesmo coloquei o subtítulo *Estudos de história e política*. O título em si foi inspirado em um dos capítulos do livro, que tem a ver com os bordados de João Cândido. Escolhi-o não só porque os próprios bordados davam uma excelente ilustração de capa – como deram –, como também pela natureza desse capítulo, que me agradou muito fazer.

É um estilo de trabalho que mistura antropologia e história, lembra o tipo de prática do Geertz e do Darnton. O tema não era tão vasto nem permitia tanta expansão como *O grande massacre de gatos*, mas o estilo de trabalho vai na mesma direção: pegar um pequeno documento histórico e procurar decifrá-lo via microanálise, procurar desdobrar suas possíveis significações no seu contexto mais amplo. Por isso dei o título do capítulo ao livro. Foi um exercício novo para

mim e que, repito, me agradou muito fazer. Não sei se tive êxito. De resto, o livro é um apanhado do que tenho feito nos últimos dez anos em várias direções, tanto no campo da história intelectual como no que respeita à intervenção no debate político nacional.

O livro saiu num momento em que a Editora da Universidade Federal de Minas Gerais está se reestruturando.

Sem dúvida. A Editora da UFMG está fazendo um esforço extraordinário para se transformar em uma editora com substância, séria e nacional, está tentando sair do provincianismo que mata muitas editoras regionais. E está também procurando superar esse problema constante das editoras universitárias, que é o da distribuição. Há um esforço nessas duas direções: em primeiro lugar, pegar temas e autores que tenham alguma circulação nacional e, ao mesmo tempo, procurar um esquema de distribuição mais eficiente. Considero seu trabalho excelente, e imagino que vai conseguir se transformar em uma editora importante – a direção está certa, a questão é ter êxito. Essa foi uma das razões por que aceitei ser publicado lá, porque todo mundo tem um certo pé atrás quando se trata de editoras universitárias. Não distribuem direito, ficam limitadas e, se estão fora do circuito Rio-São Paulo, pior ainda. Mas foi uma aposta dos dois lados, e por enquanto estou satisfeito. Fizeram uma edição primorosa e, ao que parece, estão fazendo um esforço de distribuição também bastante bom.

A editora de Minas publica o livro do historiador mineiro... Não deixa de ser um retorno, uma viagem redonda. Por falar nisso, como foi sua infância no interior de Minas? Quem o incentivou nos estudos? Sua mãe era professora?

Não, minha mãe não é professora. Uma das grandes queixas que ela tem é que meu avô não permitiu que continuasse os estudos. O velho patriarcalismo... Meu avô era uma figura curiosa: aos filhos, dava a possibilidade de terminarem os estudos primários e, se quisessem fazer o secundário, emprestava dinheiro. Agora, às filhas, só permitia quatro anos do primeiro grau. Não deixava ir adiante, achava que não era necessário.

Quem me empurrou para os estudos foi principalmente meu pai. É dentista, formou-se na velha Faculdade de Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte, mas sempre foi uma pessoa muito preocupada com a gramática, com o português, vivia me corrigindo nas cartas que eu lhe mandava da escola. Tinha uma pequena bibliotecazinha, não muito grande, e certamente foi por sua influência que me interessei por uma vida acadêmica. Embora a primeira coisa em que pensei, quando fui tentar o vestibular, tenha sido agronomia. Mas eu não poderia de maneira alguma ir por esse caminho, porque tinha feito o equivalente ao clássico e não tinha conhecimento suficiente de química, de biologia, de física,

de matemática. Tentei economia, e aí também a matemática não deu. Terminei na sociologia política.

Você estudou em colégio interno? Qual?

Estudei num colégio de franciscanos holandeses, em Santos Dumont. Dei sorte porque eram franciscanos holandeses, e alguns muito cultos. Os franciscanos holandeses são mais arejados. O sistema da época, de internato, é que era duro, por afastar da família. Saí de casa com dez anos, era realmente pesado. Mas a orientação deles era bastante liberal. E havia esse lado interessante: até certo ponto eu estava absorvendo uma tradição de cultura européia. Certamente meu interesse pela cultura, pela língua, pela arte, vem em parte do meu pai e em parte desses franciscanos.

No capítulo de abertura do meu livro, em que escrevo “sou do mundo, sou Minas Gerais”, falo de uma descoberta que também me impressionou muito. Minha família vivia lá no fim do mundo, eu andava descalço, pisando no barro de uma fazenda no interior de Minas, e de repente descubro que havia traços jansenistas em minha formação religiosa, via os lazaristas do Caraça, onde um bisavô meu estudou. Tive realmente um choque ao descobrir esse percurso de idéias e valores que partem de uma heresia do século XVII na França e se fazem presentes no interior de Minas... Isso é uma coisa extraordinária! Estudando cultura, eu nunca poderia formular uma hipótese nessa direção, ia considerar essa possibilidade estapafúrdia. No entanto, é real. O que faz com que, ao interpretar certas coisas brasileiras, certas tradições, não se tenha que ser tímido. Porque pode realmente haver esse tipo de transmissão, de transferência, de deslocamento de idéias e valores ao longo do tempo e do espaço, de uma maneira absolutamente difícil de suspeitar. José Guilherme Merquior já usou a expressão “outro Ocidente”. Quem usou recentemente a expressão “Ocidente distante”? Li isso algum dia. Somos Ocidente! Um Ocidente distante, mas somos. Esse é um exemplo muito interessante disso.

Você entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas, em Belo Horizonte, em 1962. Teve alguma participação nos movimentos de esquerda na época?

Minha militância política foi toda a partir da faculdade. Até lá eu estava internado, longe dos pecados do mundo... A Faculdade de Ciências Econômicas era uma escola bastante excepcional no Brasil naquele momento. Primeiro, pela maneira como funcionava, particularmente pelo sistema de bolsas de graduação que possuía, e que era realmente extraordinário, teve um efeito fantástico. Conseguia-se a bolsa por concurso, e nos primeiros anos havia inclusive um controle dos bolsistas: para sair e para entrar eles tinham que assinar ponto, tinham obrigação de ajudar os colegas, tinham obrigação de escrever um trabalho

ao final de cada ano. Ao mesmo tempo, a faculdade era um centro de agitação política de dimensão nacional. Alguns dos presidentes da UNE saíram de lá, como Vinícius Caldeira Brant. Havia, portanto, uma combinação fantástica, de uma grande agitação, um grande envolvimento político, e ao mesmo tempo um grande envolvimento acadêmico. Ninguém podia ser líder estudantil se não fosse dos melhores alunos da turma. Uma das credenciais para ser líder era ser um excelente aluno. Esse ponto de vista implicava também que a ação política era freqüentemente orientada por leituras. Obviamente, Marx era um autor que se lia muito.

Você estudou sociologia cursando a Faculdade de Ciências Econômicas. Ao mesmo tempo, você sempre ressaltava a influência do professor Francisco Iglésias, no período da universidade, no seu gosto pela história. O que Iglésias fazia numa escola de economia? Como estava organizada essa faculdade?

Essa faculdade, inicialmente, era particular. Depois é que ela foi incorporada à UFMG. E então criou-se uma duplicação, porque havia um curso de ciências sociais na Faculdade de Ciências Econômicas e outro na Faculdade de Filosofia. Eram duas realidades totalmente distintas. A Faculdade de Ciências Econômicas funcionava que era uma beleza, e a Faculdade de Filosofia era considerada um lugar desorganizado – quer dizer, o normal para o Brasil. Por fim cancelaram o curso de sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas e o transferiram para a Faculdade de Filosofia. Aí ele se juntou à história e aos cursos normais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ainda estudei na Faculdade de Ciências Econômicas, mas já vinculada à UFMG – por isso Iglésias estava lá.

A Faculdade de Ciências Econômicas fora criada por Yvon Leite de Magalhães Pinto com cursos de economia, administração de empresas, ciências contábeis – quer dizer, cursos para empresários –, e ainda administração pública. E ele enfiou lá também um curso de sociologia política, que ficava um pouco desvinculado do resto, mas, como disse, funcionava bem. De início foi preciso atrair professores: na área de economia, os primeiros freqüentemente eram engenheiros; na área de política, alguns vinham do direito, mas rapidamente se orientaram na direção da sociologia. O que começou a acontecer logo depois foi que os melhores alunos, quando se formavam, eram imediatamente contratados. Num período curto havia gente dando aula já formada na própria faculdade. Esses professores eram obrigados, em seu primeiro ano, a produzir um manual da sua cadeira, a escrever um trabalho. Era algo realmente muito pouco brasileiro. O diretor da faculdade era um déspota esclarecido. Foi expulso de lá por uma greve de alunos, por causa desse seu estilo. Mas teve o mérito de ter criado um curso que até hoje funciona bem.

O que vocês liam na faculdade? Quais eram as influências principais?

No que se refere às influências, às leituras que fazíamos, havia vários blocos. No que diz respeito a Brasil, sem dúvida o autor mais influente na época era Celso Furtado. Em história econômica havia duas bíblias, *A formação econômica do Brasil*, do Celso, e *A história econômica do Brasil*, do Caio Prado Júnior. A influência do Celso foi além, porque dele se lia muito também *A pré-revolução brasileira* e *A dialética do desenvolvimento*, livros posteriores e com conotação bastante política, particularmente *A pré-revolução brasileira*. Ainda entre os brasileiros, Oliveira Viana era um autor que se lia, não *Populações meridionais*, mas principalmente *Instituições políticas brasileiras*. E Faoro também, na parte política.

Um outro grupo de autores brasileiros que era bastante influente era o pessoal do Iseb. Um dos professores da faculdade, Júlio Barbosa, num certo momento, acho que depois da saída do Guerreiro Ramos, foi diretor do departamento de sociologia do Iseb, de modo que havia um contato bastante estreito. Do Iseb líamos principalmente Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, e Guerreiro Ramos, *A redução sociológica* e *A crise do poder no Brasil*. E Inácio Rangel, *A dualidade básica da economia brasileira*. Eram autores que se lia muito. Havia ainda um gancho tipicamente mineiro, que eram os estudos de poder local e os estudos eleitorais, que eram publicados na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. O primeiro trabalho que fiz estava, aliás, um pouco dentro dessa inspiração.

O professor Júlio Barbosa tinha formação em direito?

Sim. Júlio Barbosa era formado em direito, mas sua orientação era muito sociológica, talvez por seu envolvimento no Iseb. Seus trabalhos tinham a ver com análises eleitorais. Alguns foram publicados. Foi ele, inclusive, quem criou a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, cujo nome, agora, a revista da Anpocs herdou. Creio que talvez fosse a melhor revista de ciências sociais produzida no Brasil até recentemente. Era uma extraordinária revista! Foi obra do Júlio Barbosa.

Voltando às nossas leituras, na área sociológica, eu diria que as grandes influências eram dos clássicos, franceses e alemães: Marx, Weber e Mannheim no lado alemão e, no lado francês, principalmente Durkheim, *Regras do método sociológico*, e Georges Gurvitch, uma figura que hoje ninguém conhece. Gurvitch esteve em São Paulo durante algum tempo, e nós o usávamos tanto como intérprete dos clássicos quanto como autor de seus próprios trabalhos.

Em um momento posterior, veio uma nova influência, via Flacso. Um atestado da eficácia do sistema de bolsas da Faculdade de Ciências Econômicas é que vários alunos lá formados foram aceitos pela Flacso com bolsa. Na primeira turma que foi para o Chile, entre as pessoas conhecidas estavam Fábio Wanderley

Reis, Simon Schwartzman, Antônio Otávio Cintra; um pouco posteriormente Vilmar Faria. Isso sim, representou um corte bastante profundo na orientação do curso. Essas pessoas foram para a Flacso, voltaram e começaram a dar aulas imediatamente. Eu, por exemplo, com uma diferença de dois, três anos para os colegas, cheguei a ser aluno do Fábio, do Antônio Otávio e do Simon, que tinham ido à Flacso e voltado. E aí sim, entrou um outro estilo de pensamento, uma outra orientação: entrou a ciência política americana, via Flacso. Não foi realmente minha ida para os Estados Unidos que me introduziu a esse campo; comecei a ler os autores na bibliografia do Antônio Otávio, do Simon Schwartzman, do Fábio Wanderley.

Nessa época Galtung esteve por aqui.

Ele vinha para recrutar. Fui entrevistado por ele para ir para a Flacso e fui aceito, mas sem bolsa, porque não consegui resolver uma equação, imagino que bastante simples, que ele me mandou resolver na entrevista. Minha álgebra não foi suficiente... Sem bolsa, como eu não tinha dinheiro, não pude ir. Isso já mostra o estilo de orientação deles, particularmente do Galtung: uma orientação muito matemática, muito quantitativa, que tinha muito a ver com a ciência social norte-americana. O único gancho que esse tipo de estudo encontrou na Faculdade de Ciências Econômicas foi via estudos eleitorais. Isso já existia lá, Orlando de Carvalho tinha isso na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, e por aí não houve um corte significativo. Mas do ponto de vista geral houve uma mudança importante, que na época, inclusive, gerou debate. Eu me lembro de um artigo do Antônio Otávio Cintra que se chamava “Sociologia: ciência fática”. Wanderley Guilherme dos Santos, que então estava no Iseb, respondeu com muita ênfase, como lhe é próprio. Posteriormente Wanderley também foi para os Estados Unidos, mas certamente havia um conflito bastante grande entre a nova orientação e o que se praticava em São Paulo e no Rio de Janeiro, particularmente no Iseb.

Vários dos que foram para a Flacso seguiram depois para os Estados Unidos e lá completaram sua formação. Outros, que não tinham ido para a Flacso, também foram para os Estados Unidos, como Amauri de Souza e Bolívar Lamounier. Houve ainda os que não foram estudar em lugar nenhum, mas depois tiveram muita influência na política, como o Betinho, que no exílio passou pelo Canadá, mas não pelos Estados Unidos. Tudo isso aconteceu um pouco em função do sistema de bolsas da faculdade, que produzia pessoas preparadas. Um ponto que eu talvez deva mencionar é que, desse grupo todo, que eu saiba, fui o único que me orientei para a história. O resto, ou virou cientista político, ou virou sociólogo. Havia também muitos economistas no grupo, vários dos quais estão

hoje em evidência. Edmar Bacha, por exemplo, era de lá, Paulo Haddad era de lá, Cláudio de Moura Castro... Várias pessoas.

Outra coisa me que marcou também foi a exigência que o sistema de bolsas fazia, de que as pessoas escrevessem um texto a cada ano. Acabei escrevendo dois. Um foi um estudo sobre Barbacena, que foi publicado na revista do Orlando, e o outro foi um estudo sobre militares, que nunca foi publicado e não faz falta.

Uma coisa curiosa é que fiz o estudo sobre Barbacena no meu terceiro ano, mas acho que o primeiro estudo você nunca esquece – como certas outras coisas... Lembro bem dele, particularmente pelo seguinte: quando eu disse que ia estudar Barbacena, em parte porque minha família morava lá, um dos professores imediatamente me deu a receita: “Em Barbacena é o latifúndio que manda na política.” Um tipo de marxismo bastante simples... Fui para lá com aquela idéia na cabeça, atrás do latifúndio controlando a política, e não encontrei nada, pois Barbacena já era uma cidade quase terciária. O que havia lá, sim, era o que Hélio Jaguaribe chamava de Estado cartorial. Quer dizer, o recurso político fundamental era o emprego público. De alguma maneira, era a política que predominava. A política e a família.

Isso me marcou muito, como me marcou o fato de ter que estudar história para fazer a história de Barbacena. Foi então que li Saint-Hilaire pela primeira vez. Afora a influência de Iglésias como historiador, essa pesquisa me levou a trabalhar com documentos.

Foi por aí também que passei a ter certa simpatia pela história ou, pelo menos, que passei a querer combinar história com ciência social. Porque é típico da ciência social ter suas hipóteses, suas teorias, quando se vai para o campo, e vi o perigo dos esquemas pré-fabricados. É preciso ter cuidado, sobretudo quando se parte de certos reducionismos simples como aquele, economicista, que me foi passado por um professor e que levei para Barbacena. Adquiri então um senso de cautela, de relativismo, muito grande. Percebi a importância de um diálogo mais estreito com os dados, com a evidência. A teoria tem que dialogar muito com os dados. Ela pode servir como um início de aproximação, mas há que ter muito cuidado.

Era comum em seu curso os alunos fazerem trabalhos de pesquisa empírica?

Não, não era comum. Na realidade, não conheço nenhum outro desses trabalhos que tenha sido publicado. Dei sorte porque trabalhei com um tema muito caro a Orlando de Carvalho. Havia vários estudos do gênero na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, e ele publicou o meu porque se encaixava bem na revista.

O curso não estimulava particularmente esse tipo de abordagem? Foi mais uma iniciativa individual, sua?

Foi. Pelo menos no que teve a ver com uma perspectiva mais histórica. Como disse, havia na faculdade uma tradição de estudos eleitorais. O que havia de empiria era a preocupação com partidos e eleições. Alguns, certamente sob a influência de Júlio Barbosa, trabalharam com sociologia eleitoral, mas, que eu saiba, ninguém mais publicou.

O outro trabalho que fiz, sobre militares, foi também produto do estilo da faculdade, dessa vinculação estreita entre militância e estudos. Nós todos éramos politicamente envolvidos. Esses nomes todos que mencionei, ou eram da AP, ou da Polop ou do Partido Comunista. Não havia praticamente ninguém nesse grupo que fosse de direita. Eu, na época, militava na AP. E o trabalho sobre os militares foi provocado por 64. De repente se tem um fato político que deixa todo mundo perplexo: tínhamos sido incapazes de prever aquela possibilidade. Fui então trabalhar o problema historicamente.

Foi essa a origem do seu texto que foi publicado na História geral da civilização brasileira, “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”?

O primeiro trabalho, que nunca foi publicado, foi mais modesto, mais simples, mas tinha a ver com o capítulo da HGCB. O esquema já estava lá. Algumas inspirações da teoria da organização jogadas no contexto histórico. Foi o primeiro exercício que fiz e que me deu a bolsa para os Estados Unidos. Depois aquilo foi ampliado e desenvolvido no trabalho que saiu na *História geral da civilização brasileira*.

Como foi essa opção de ir para os Estados Unidos?

Coincidiu que terminei a graduação e, naquele momento, a Fundação Ford tinha decidido investir nas ciências sociais na América Latina, particularmente nas áreas de ciência política, antropologia e economia; curiosamente, não de história. Esse apoio teve conseqüências grandes, porque em função dele se criaram aqui vários cursos de ciência política – o de Minas, o do Iuperj, no Rio –, de antropologia, de sociologia e de economia. A motivação da Fundação Ford veio obviamente da Revolução Cubana. Mas é preciso dizer em seu favor que ela nunca cobrou absolutamente nada. Simplesmente entregava à instituição o dinheiro destinado a bolsas, e a instituição usava-o como queria. Eu estava exatamente terminando a graduação quando se abriu a seleção de bolsistas para os Estados Unidos. Fui entrevistado e selecionado para a primeira turma. Foram outros logo depois, tanto de Minas como do Iuperj. De Minas foram Fábio Wanderley, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Amauri de Souza. Do Rio, Wanderley Guilherme, César Guimarães, Carlos Hasenbalg. Posteriormente

foram também Renato Boschi, Elisa Reis, Olavo Brasil, os três de Minas. Todos fomos ao longo do período de tempo que durou essa doação.

Como disse, alguma coisa da sociologia política norte-americana já tinha entrado aqui via Flacso. Quando cheguei lá, já tinha lido parte dessa literatura, principalmente as teorias de modernização, cultura política, Almond, Verba, Eisenstadt. Minha ida foi realmente uma coincidência: acabei a graduação, emendei e fui embora. Essa foi a razão de eu ir para os Estados Unidos, nenhuma outra.

A mesma razão que levou a Fundação Ford a financiar a ida de brasileiros para os Estados Unidos levou-a, nos anos 60-70, a financiar a vinda de americanos para cá.

Sim, obviamente. Era o problema da ameaça comunista na América Latina. Naquele momento houve muito dinheiro para os centros latino-americanos e para bolsas na América Latina. Isso produziu uma primeira grande leva de estudantes norte-americanos que vieram fazer suas teses no Brasil. Surgiu a figura do brasilianista. Creio que houve uma melhor aceitação dos brasilianistas no Brasil na área de ciência política do que na área de história. Uma das explicações para o fato é que, como a Fundação Ford não financiou departamento de história aqui, não houve a ida de estudantes de história para lá. Com isso, a historiografia brasileira permaneceu profundamente vinculada à tradição européia. Francesa em primeiro lugar, em segundo lugar inglesa e, mais recentemente, alemã. Até hoje é assim.

Freqüentemente, a troca vem de relações que se fazem aqui ou no exterior. São essas relações que levam a um maior intercâmbio, à tradução de livros etc., e isso não aconteceu na área de história entre Brasil e Estados Unidos.

A única coisa que aconteceu e que deu certa circulação a alguns brasilianistas foi Boris Fausto ter posto os trabalhos de três deles na *História geral da civilização brasileira*: o de Robert Levine sobre Pernambuco, o de John Wirth sobre Minas e o de Joseph Love sobre o Rio Grande do Sul. Aí os três foram incorporados. Em termos de divulgação, certamente o Skidmore também teve êxito, porque fez um manual, coisa que os historiadores brasileiros só agora estão se dignando a fazer. Mérito do Boris Fausto, um historiador respeitado que escreveu um manual para a graduação.

Mas afora esses casos, qual foi o brasilianista que teve mais difusão no Brasil? Eu diria, posso estar equivocado, que foi o Stepan, que era da área de ciência política e trabalhou com militares, um tema-tabu para os cientistas sociais brasileiros. Depois fez trabalhos conjuntos com brasileiros sobre o autoritarismo e teve boa aceitação. O primeiro livro do Schmitter, sobre grupos de interesse no

Brasil, sobre o corporativismo – eram temas quentes –, também teve alguma circulação. Em geral quem tinha mais divulgação era o pessoal de política, porque freqüentemente era conhecido dos estudantes brasileiros que tinham ido para os Estados Unidos. No caso de história, por exemplo, conheci pessoalmente o John Wirth em Stanford e fiz a introdução do livro dele aqui.

Por que, a seu ver, não houve interesse em promover no campo da história o mesmo intercâmbio que foi feito na área de sociologia, ciência política etc.?

O que eu posso é especular. Obviamente, pareceu à Fundação Ford que história não seria um campo eficaz para trabalhar. Havia aí certamente a idéia de que a ciência política, a sociologia e a antropologia seriam campos mais eficazes em termos de influência na sociedade. Imagino que o tipo de intenção política que a Fundação Ford tinha ia, com certa razão, na direção de disciplinas mais teóricas. Teorias podem ter impacto fora do seu país. História, com a sua especificidade, é mais complicado. Levar um historiador brasileiro para fazer história do Brasil nos Estados Unidos, em termos de um possível impacto extra-acadêmico, era mais problemático do que levar alguém que estudasse ciência política, que trabalhasse com teorias supostamente extra-nacionais – supostamente, porque várias delas tinham sido desenvolvidas lá dentro; e eram essas teorias, obviamente, que eles queriam que fossem difundidas.

É interessante isso, porque nos anos 30, quando vieram missões francesas para a USP e para a UDF, os franceses tiveram muito mais condição de penetrar, de formar pessoas, na área de geografia do que na de história. A história sempre resiste muito mais à influência externa.

Exatamente. Por exemplo, quais foram as grandes influências em São Paulo? Além da geografia, a antropologia, com Lévi-Strauss e outros. Mas não me lembro no momento de nenhum historiador.

Eles apregoam uma forte influência do Braudel, mas parece tratar-se de uma influência mais apregoada do que concreta. Talvez o problema da história tenha a ver com a história nacional. Seria difícil, por exemplo, um professor estrangeiro, seja francês, seja americano, vir para o Brasil e ensinar história do Brasil. E vice-versa.

Sim. O próprio Darnton tem problemas de ser aceito na França porque faz história francesa, e disso os franceses certamente não gostam. Existe uma relação muito estreita da historiografia com o Estado nacional. E isso tira muito a possibilidade de um intercâmbio mais amplo.

Durante seu doutorado em Stanford, você teve contato com o mundo dos latino-americanistas?

Tive contato com os que estavam em Stanford. Por acaso, o John Johnson era professor lá, e também o John Wirth. Ao fazer a tese, tive contato com alguns outros. Mas não foi um contato muito grande e não teve nenhuma influência na escolha do meu tema de tese, que veio mais de conversas com Wanderley Guilherme, que tinha ido para lá, do que com qualquer outro. Wanderley, embora fosse formado em filosofia, tinha também, via Iseb, via Guerreiro Ramos, uma formação em Brasil, pelo lado da história do pensamento. Das conversas com ele foi que me veio a idéia de trabalhar com o Império e a elite imperial.

Por que as conversas com Wanderley Guilherme dos Santos o levaram a escolher o Império como tema?

Wanderley – vou dizer coisas aqui que não sei se correspondem ao que ele pensa –, embora tivesse participado da fase final do Iseb, que era mais militante, pelo menos naquele momento das nossas conversas tinha – e acho que tem até hoje – uma visão positiva da experiência brasileira. Ele tem bastante resistência a visões muito críticas, muito negativas do Brasil. Creio até que no seu último livro isso ainda está presente: a preocupação de valorizar a nossa experiência. Naquelas nossas conversas, então, apareceu a seguinte idéia: nós construímos um Estado nacional no Brasil; essa foi uma experiência importante que vale a pena estudar. Um ponto a examinar nessa construção era quem construiu. Sem dúvida, quando se trata da construção do Estado, um papel importante é o da elite política. Foi por aí que começou o interesse da tese, tanto que ela foi publicada em dois volumes. Um, *A construção da ordem*, cobria mais esse aspecto, enquanto o outro trazia algo que foi incorporado do debate americano sobre como estudar elites. Uma visão era: devem-se estudar as pessoas. E a outra era: não, é preciso estudar as decisões. Uma simples sociologia das elites, um estudo da origem social, podem não indicar em que direção elas vão se comportar. É preciso ver as decisões concretas. Isso deu a segunda parte da tese, que é o *Teatro de sombras*: são as decisões sobre orçamento, sobre a Abolição, sobre a Lei de Terras, decisões concretas.

Portanto, o tema era brasileiro, e a maneira de abordar tinha a ver com a discussão sobre como estudar a elite. Havia um grande debate sobre poder nos Estados Unidos, alguns autores discutiam muito o lado metodológico, diziam que há decisões e não-decisões que é importante estudar. Emendei essa literatura com os clássicos, Pareto, Mosca, Michels, Mills, para ampliar o escopo teórico, e daí surgiu a idéia do trabalho, que, como aconteceu com o trabalho sobre os militares, era muito contra a corrente. Era meio incômodo, naquela época, falar sobre militares, como era muito incômodo, na época em que a tese foi publicada,

falar sobre elites políticas. Quem trabalhava com militares e elites era imediatamente suspeito de ser conivente.

Fazia-se uma confusão entre o tema e a opção política do autor. Como se trabalhar com elites ou com militares significasse ser a favor desses grupos.

Sim. O livro sobre o Império durante muito tempo foi pouco lido, em parte, sem dúvida, por causa dessa confusão. É claro também que é uma leitura mais pesada, o trabalho ainda tem muito estilo de tese, especialmente *A construção da ordem*. Tem muita tabela, é uma leitura meio chata. Hoje o texto já está um pouco melhor, foi republicado e trabalhei em cima dele.

Depois do seu doutorado, você ficou um tempo em Minas, até que resolveu vir para o Rio. Como foi essa passagem?

Há fatores profissionais e fatores pessoais. Vou deixar os pessoais de lado e ficar com os profissionais. Conheci o Wanderley em Stanford, nos tornamos amigos, voltei para o Brasil, ele voltou um pouco depois e me fez um convite para vir para o Iuperj. Naquele momento, me pareceu que seria uma experiência interessante. Minas tem vantagens e desvantagens. Não há dúvida de que Rio e São Paulo estão muito mais no centro do debate político. Eu estava trabalhando com temas nacionais, e os grandes arquivos e bibliotecas estão no Rio de Janeiro. Trabalhar em Minas com temas nacionais, naquela época, sem Internet, era bastante difícil. Mesmo para a tese, tive que vir várias vezes ao Rio para poder pesquisar. O convite e mais esse lado prático me convenceram a vir para cá.

Alguns anos depois de Stanford você esteve em Princeton. Você próprio já disse que na época de Stanford tinha uma crença mais firme na objetividade. E que na época de Princeton ficou mais cético, embora não tivesse passado a crer que as histórias da política e da vida fossem exatamente ficção...

Foram experiências totalmente distintas. Tanto porque eu mesmo estava em uma fase distinta, como porque o ambiente era totalmente outro. As décadas de 50 e 60 corresponderam ao auge do positivismo na ciência social americana, ao auge da crença no poder das ciências sociais de afetar a realidade. Foi o auge, inclusive, do prestígio da universidade americana, que surgiu durante a guerra e depois atingiu o ponto máximo com investimentos maciços do governo. Havia essa crença realmente positivista na idéia de que a ciência social é uma ciência precisa e que tem condições de afetar a realidade. Era a época de Parsons, que fazia *papers* aconselhando o governo a adotar certas políticas em relação às ciências sociais, a investir dinheiro etc. Foi realmente o topo, a idade de ouro da universidade americana de modo geral, e em particular das ciências sociais.

Quando fui para Princeton, na década de 80, essa crença já estava em declínio. Aquilo tudo não funcionou muito bem, o prestígio da universidade estava caindo e continuou a cair consistentemente. Em segundo lugar, o modelo de centro de estudos avançados, dos quais Princeton foi o primeiro exemplo, implicava um arranjo institucional totalmente distinto que forçava o pesquisador, pelo próprio tipo de convivência que se estabelecia, a sair de suas fronteiras disciplinares. Princeton tem escolas de matemática, de física, de ciências sociais, de história. Conta com um grupo pequeno de professores permanentes, e a cada ano vêm de 60 a 70 visitantes escolhidos no mundo inteiro. É uma extraordinária experiência de troca, abrem-se os horizontes. Hoje existem vários centros desse tipo no mundo. Há um artigo interessante do criador do Instituto de Princeton que expõe sua filosofia. O título é “A utilidade do conhecimento inútil”. E a filosofia é esta: buscar pessoas que estão trabalhando em fronteiras, em geral mais jovens, e deixá-las ficar um ano convivendo com pares, discutindo livremente e escrevendo o que lhes der na telha. A pessoa pode não escrever nada, é um risco que se corre. Mas deixa-se que ela trabalhe e produza.

Na área de ciências sociais, em Princeton, entre essas pessoas estavam Hirschman, em economia, Michael Walzer, em ciência política, e Geertz, em antropologia. O Geertz e o Walzer ainda estão lá, o Hirschman se aposentou. Havia um tema que amarrava o programa do ano e que servia para selecionar as pessoas. Eles diziam: “O tema é este. Já que você trabalha neste tema, veja o que propõe fazer aqui.” A gente escrevia uma coisa simples, mandava para lá, eles diziam “tudo bem, venha”, e pediam para você participar de seminários e fazer uma palestra pública. Uma coisa de que eles faziam questão era que todo mundo almoçasse junto. Então a gente almoçava com um historiador da arte famoso que estava lá e fazia palestras – pela primeira vez vi o que é uma palestra sobre arte: pura projeção de *slides*; é assim que se trabalha em arte. O pessoal de matemática não podia discutir com os historiadores da arte, mas jogava futebol com eles. Na área de história estava lá John Elliot, um historiador inglês que é um dos maiores conhecedores da Espanha, tem um livro sobre o conde de Olivares, outro sobre a Espanha do século XVII, livros premiados. E assim em outras áreas. Fiz amizade com indianos, com franceses, holandeses, ingleses. Isso abre a cabeça realmente, é uma experiência absolutamente fantástica.

Além do convívio social, havia atividades propriamente acadêmicas comuns?

Havia as várias escolas, de história, ciência social etc., mas aos seminários públicos todo mundo assistia. E dentro da sua escola às vezes vinha uma pessoa para falar sobre outra disciplina, estabelecer relações e abrir contatos. É um modelo institucional fantástico. Claro, é um luxo. Mas criou-se agora na Holanda um instituto desses, cujo diretor foi meu colega em Princeton, que é financiado

pelo Estado. Aí vem o lado europeu: o Estado entra mais, porque não há como contar com os particulares.

O que acontece quando se vai para um centro como Princeton? Não se sofre uma influência americana, mas uma influência que se dá em uma instituição americana. No meu caso, tive contato mais próximo com Geertz, que era membro do Instituto, com Darnton, que estava lá no mesmo momento como visitante. Havia um historiador da classe operária, um historiador da arte, algum pessoal de economia. Havia vários temas com que depois não digo que comecei a trabalhar, mas aos quais comecei a ficar atento. Não havia mais nenhum ambiente positivista. Inclusive porque nessas outras áreas, como arte e antropologia, isso não era tão comum. Isso me serviu enormemente. Não que eu tivesse absorvido a lição positivista, mas, enfim, era um ambiente que fortalecia a idéia de que o modelo das ciências exatas não se aplica de maneira alguma ao trabalho que o cientista social ou o historiador fazem. Num ambiente desses a gente começa a se aproximar da antropologia, da crítica literária etc.

Que tema você escolheu para trabalhar lá?

Meu tema tinha a ver com o que eles tinham colocado para debate no ano em que fui: crise e decadência. Num ano foi apogeu, no outro crise e decadência. Propus trabalhar com história intelectual, com o processo de intercâmbio de idéias entre Brasil e Europa. Trabalhei e apresentei conferências em torno disso. Serviu de origem para outros trabalhos.

O que se percebe é que sua temática começou a se modificar depois de Princeton. Você não trabalhou mais com elites políticas.

Não. Isso teve a ver também com o resultado da pesquisa sobre o Império. Cheguei ao final do Império e percebi que a elite tinha sido muito eficaz em construir um Estado, mas, e a nação? Comecei então a deslocar o foco para o lado da nação, em vez do Estado.

Você estudou as elites imperiais e depois foi vendo que houve um certo fracasso republicano, porque a República não foi capaz de incorporar o povo. Foi por isso que você fez sua opção pela monarquia no plebiscito?

Todo mundo me cobra isso. Acho que em muitos setores nunca fui perdoado. Tenho exemplos concretos do alto custo que paguei. E o mais irônico é que não era minha intenção defender a monarquia, eu não estava sendo monarquista quando me manifestei. Apenas, ao vir o plebiscito e ao se começarem a discutir regimes políticos e formas de governo, me pareceu que, do ponto de vista institucional e político, havia algumas lições a serem tiradas do período do Império. Refiro-me particularmente ao papel do Poder Mode-

rador e ao semiparlamentarismo imperial. Nós tínhamos um Poder Moderador cuja importância na configuração do Império é inegável e cujo papel foi exatamente o de servir como árbitro dos conflitos da elite. Quando as elites imperiais perceberam que o Poder Moderador poderia ser um árbitro dos conflitos entre elas, aí o sistema se estabilizou. Isso se deu em 1844, quando os revoltosos de 42 voltaram ao poder. E a estabilidade permitiu que, lentamente, se fossem desenvolvendo um certo parlamentarismo e um sistema partidário nacional que, para as condições da época, eram bastante razoáveis. De um lado, a idéia do parlamentarismo implicava a separação entre o chefe de Estado e o chefe de governo e, de outro, os partidos criavam lealdades bastante profundas, inclusive entre populações do interior: havia famílias liberais, conservadoras e republicanas.

Eu achava, portanto, que no caso brasileiro – achava teoricamente, era tudo especulativo –, se o chefe de Estado, que no Império era um rei, fosse uma figura politicamente neutra, que não estivesse vinculada a partidos, poderia garantir a estabilidade do sistema e permitir o conflito político. Esse era o grande problema que eu via e vejo até hoje no Brasil: garantir a possibilidade de haver um conflito político grande, forte, intenso, que seria uma consequência natural das grandes desigualdades sociais e econômicas que temos. Essa desigualdade deveria, pelo menos em termos abstratos, gerar enorme conflito. Com o presidencialismo, o conflito rapidamente ameaça a chefia do governo, que é ao mesmo tempo a chefia do Estado, e é exercida por um líder partidário. Apenas propus discutir isso, sem nenhuma idéia sobre se seria viável ou não. Propus uma discussão institucional que tem uma certa tradição entre nós. Eu me lembro que o Túlio Halperin Donghi costuma dizer que o Império brasileiro, do ponto de vista político, era um luxo, exatamente porque seria institucionalmente mais refinado do que o resto da América Latina. Fiz a minha proposta, mas as respostas foram meio mal-humoradas, e algumas começaram a desviar para algo muito mais concreto, como se eu quisesse retornar ao Império. Não tinha nada a ver com isso. Fui quase que sendo empurrado na direção de tomar uma posição confundida com monarquista, o que não era o caso. Como disse, paguei um preço bastante alto. Enfim, é a minha versão da história.

Há um ponto interessante nessa discussão. Construiu-se na historiografia brasileira, mesmo a mais recente, toda uma interpretação do Império como uma coisa atrasada e da República como uma coisa moderna. E os seus livros vieram mostrar que o Império tinha aspectos extremamente atuais e modernizadores. Você de certa forma entrou em choque com uma interpretação consolidada.

Há duas vertentes muito contrárias a essa interpretação que eu dou. De um lado, a vertente positivista. Para o positivismo, a lei dos três estados diz

claramente que há os estados teológico, metafísico e positivo. A República corresponde ao estado positivo e, portanto, a monarquia é o estado metafísico. Durante o plebiscito alguns positivistas claramente entraram no debate nesses termos: ser monarquista é voltar atrás, ao estado metafísico, é retornar na linha evolutiva da história estabelecida pelo próprio positivismo. Isso, de um lado. De outro lado, há a historiografia paulista, que foi produzida com uma influência republicana muito maior, porque São Paulo não estava no centro político da época, que era o Rio de Janeiro. Sem dúvida, desenvolveu-se na historiografia paulista uma atitude muito mais negativa em relação ao centralismo do Império.

Quando São Paulo começou a aparecer, apareceu com demandas federalistas – no caso do Alberto Sales até separatistas –, contra o poder central. Acho que essa perspectiva ainda marca muito São Paulo. O que escrevi certamente não poderia ter sido escrito a partir de São Paulo, a partir mesmo do Rio Grande do Sul. Sem dúvida, tinha que ser escrito a partir do Rio ou de algo que se assemelhasse ao Rio em termos de uma visão que não fosse profundamente antiimperial, como eram a paulista e a rio-grandense.

Depois que você veio de Minas para o Rio, em 1978, trabalhou muito tempo em instituições de ensino de pós-graduação, como o Iuperj, ou exclusivamente de pesquisa, como a Casa de Rui Barbosa e o CPDOC. Como foi a experiência profissional de retornar à graduação 20 anos depois? Como você compara o seu tempo de aluno ou de professor de graduação em Minas e a experiência de dar aulas na graduação do IFCS da UFRJ, hoje?

Foi bastante traumática essa volta à graduação. Realmente, eu não estava mais acostumado a enfrentar turma de 50 alunos e ter que dar aulas expositivas. As salas do IFCS têm uma acústica horrível, e devo ter parecido uma figura estranhíssima, porque pedi à diretora um microfone e falava ao microfone, até que aprendi a me esgoelar. De outro lado, há a cultura estudantil, que é certamente muito distinta daquela da época em que me formei. Como disse, havia naquela época uma fusão muito grande entre ativismo político e trabalho intelectual. Já quando comecei a dar aula na UFMG, no final de 1969, estávamos nos piores anos da ditadura, e havia uma separação total entre o ativismo político e o trabalho acadêmico. Os militantes não podiam pisar em sala de aula, pegava mal. Era um ambiente muito desagradável de trabalhar. Creio que hoje não é bem assim, mas ainda há uma certa separação. O movimento estudantil ainda está um pouco descolado da prática acadêmica. Os líderes estudantis não sentem a necessidade de serem os primeiros alunos da turma para serem líderes estudantis.

Que lugar tem hoje a pesquisa na sua vida? Há espaço, há condições? É mais difícil?

Sem dúvida, o tempo para a pesquisa ficou mais reduzido. No caso do IUPERJ, era pós-graduação e se tinha uma disciplina por semestre, se dava aula uma vez por semana. No CPDOC e na Casa de Rui não há carga docente. Na universidade tenho que dar pelo menos duas disciplinas por semestre. Ou duas de graduação, ou uma de graduação e uma de pós-graduação. São seis, oito horas por semana. É claro que isso tira tempo de pesquisa. Estou no IFCS há pouco tempo, e eventualmente daria para começar a formar um grupo de pesquisa, que poderia ser mais eficiente. Mas o pouco tempo ainda não permitiu.

Seus interesses atuais de pesquisa são o Judiciário e a polícia. Como esses temas se configuraram como áreas de interesse específico, e como você está pensando em trabalhá-los?

Foram temas a que cheguei em consequência da preocupação que surgiu nos livros que escrevi. Primeiro me preocupei com o Estado, depois com a nação e depois comecei a me preocupar com a cidadania. Trabalhando com isso, e certamente com a cidadania civil, esbarra-se imediatamente nos obstáculos que ela enfrenta. Um deles é o sistema policial brasileiro, e outro é o sistema judiciário. Foi por aí que esbarrei nesses temas. Não sei se vou persistir, há alguns dados do século XIX, que coletei quando estava no CPDOC, que ainda podem dar uns dois artigos. Eventualmente poderia juntar tudo em um volume, mas não sei.

Tenho trabalhado com cidadania um pouco no esquema clássico, que abrange o problema dos direitos e o problema das identidades coletivas, sobretudo da identidade nacional, do Estado nacional. Vou agora aos Estados Unidos e lá terei que enfrentar, queira ou não, a mudança radical que está havendo nesse tipo de conceito: a idéia de cidadania cultural, que se desenvolveu recentemente e se tornou quase que um “politicamente correto” nos Estados Unidos. Quer dizer, houve uma invasão do pós-moderno pelo lado da crítica literária que agora está atingindo também a política, e que quebra o esquema da vinculação estreita entre cidadania e Estado-nação. É essa quebra que é expressa na idéia de cidadania cultural, que tem a ver com grupos minoritários. A cidadania aí se vincula a identidades coletivas infra-Estado-nação, como o gênero, a raça, a cor etc. É um fenômeno tipicamente norte-americano, sem dúvida, mas há fenômenos internacionais, como a globalização, que nos dizem que o Estado-nação está realmente sob tensão. É preciso ver em que sentido isso vai afetar, fora dos Estados Unidos, onde esses movimentos de minorias são muito fortes, a própria idéia de cidadania.

Nesse período nos Estados Unidos, pretendo trabalhar o tema teoricamente, para eventualmente ver o que serve para o Brasil. Creio que o que está

acontecendo em alguns movimentos sociais no Brasil, com a importação direta dessa idéia de cidadania, envolve um equívoco. Significa jogar fora algumas coisas negativas mas, junto com elas, certos elementos positivos. Li no jornal outro dia que os Estados Unidos estão querendo, para o censo do ano 2000, permitir definições múltiplas de origens étnicas, quebrar o esquema rígido que eles têm adotado – antes era preto e branco, hoje é preto, branco, hispânico e asiático – e permitir que as pessoas se definam de maneira múltipla, o que é caminhar na nossa direção, enquanto muitos entre nós estão querendo caminhar na direção deles. Isso tem conseqüências práticas. É essa temática que eu pretendo explorar.

Em seus estudos sobre cidadania, você utilizou muito o modelo de Marshall, baseado no caso inglês, onde se alcançaram direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, nesta ordem. Isso não significa ficar atrelado a uma matriz rígida, evolucionista? No caso brasileiro, por exemplo, parece que alcançamos direitos sociais e direitos políticos, mas estão faltando os civis...

Essa pergunta me perturba constantemente. Usei o esquema de Marshall como um instrumento heurístico, como uma maneira de contrastar, exatamente para mostrar que aqui o processo não seu deu daquela maneira e que, portanto, o esquema não serve para entender historicamente a situação brasileira. Mas aí vem a pergunta fundamental: isso é bom ou ruim? Qual é realmente o modelo a que devemos aspirar? Qual foi o nosso percurso? Meu último artigo que saiu na *Estudos Históricas*, “Cidadania: tipos e percursos”, tem a ver com isso. Quer dizer, há uma literatura que mostra que há percursos distintos. No caso europeu e americano, chega-se a um ponto final que tem certas semelhanças, embora a Alemanha tenha uma cultura política distinta da da França e dos Estados Unidos. Mas, de alguma maneira, do ponto de vista geral do esquema marshalliano, trata-se de países que desenvolveram bastante bem os três componentes clássicos da cidadania. Certamente, nós não fizemos esse percurso, como a Alemanha não fez, como o Japão não fez. Isso significa apenas que o nosso percurso será diferente, mas que deveremos eventualmente chegar ao ponto final como os outros, ou não? Aí entra Richard Morse, que diz que não, que não se há de procurar essa mesma direção, porque ela é uma direção equivocada, é um desastre. A América ibérica tem uma tradição que é, na boa expressão do José Guilherme Merquior, a de um “outro Ocidente”. Ocidente sim, mas um outro Ocidente, abortado, do século XVI, XVII em diante, mas que é uma alternativa. A proposta do Morse é extremamente desafiadora.

Busco em nossa tradição algo que possa ser positivo, que possa ser uma alternativa, mas até agora não encontrei. Ainda mantendo a idéia de que há um outro modelo aqui, um outro estilo, se examinamos a situação do ponto de vista

da garantia de direitos, de menos desigualdade social, de uma qualidade de vida melhor, sem dúvida foram os Estados Unidos e os países europeus que conseguiram bons resultados, e não nós. Todos os aspectos positivos que Morse levanta, particularmente a idéia de inclusão, a idéia de cooperação, que os positivistas ortodoxos também adotaram, tudo o que rejeita a idéia de conflito, de direito individual, que dá valor ao coletivo, tenho simpatia por tudo isso. Mas o ponto é: quais são as conseqüências concretas que isso tem tido na nossa trajetória histórica? Não é muito encorajador a gente ver o que se conseguiu. Mas confesso que esse é um problema que ainda não consegui resolver na minha cabeça. Porque há conseqüências práticas. Que tipo de política, que tipo de ação coletiva, que tipo de ação de Estado se pode propor? De uma coisa estou seguro: não há como, na nossa tradição, excluir o Estado, pelo menos como parceiro do esforço. E acho que há certa fraude na idéia de cidadania cultural americana quando é usada como um meio de determinar critérios para a política pública, porque aí se traz o Estado de volta. Aí não é só uma questão cultural mais, é política mesmo.

Agora, como se transformam, no caso brasileiro, as virtudes claras da nossa tradição, que têm a ver com a solidariedade familiar, com a solidariedade religiosa, como se transformam essas virtudes, que são privadas, em virtudes públicas, e não em vícios públicos, invertendo a fórmula de Mandeville? É algo que não resolvemos. Mas há aí um campo em que se pode caminhar em uma direção que não seja a reprodução de outros percursos, e no qual talvez se possa chegar a um ponto final que não seja necessariamente o mesmo a que outros chegaram.

Alguém já disse que uma das questões da cultura brasileira é que ela não gosta de direitos, gosta de privilégios. Quando se fala em cidadania, como fica isso?

A tradição da ortodoxia positivista vai muito na direção ibérica. A idéia fundamental é a de incorporação: não há direitos, há deveres mútuos entre a sociedade e o cidadão. O cidadão tem certas obrigações a cumprir, e a sociedade tem a obrigação de cuidar dele. O problema é realmente que quando se transferem as virtudes privadas para o público, isso se faz de maneira perversa. Se faz pelo clientelismo, se faz pelo corporativismo, e não de uma maneira que seja virtuosa. Como se constrói a virtude cívica entre nós? É um ponto importante. Temos muita virtude privada, virtude até social, mas a virtude cívica, que é exatamente a inter-relação entre privado e público, não consigo vê-la entre nós, apesar de Morse.

Gostaria de regionalizar a discussão e pensar no caso do Rio de Janeiro. Em Os bestializados você fornece uma série de pistas acerca das estruturas políticas do Rio,

da predominância das relações informais no poder etc. Como você vê hoje esses problemas da informalidade do poder, das redes de clientela no Rio de Janeiro?

O Rio é talvez um exemplo extremado dessa problemática, porque durante muito tempo foi a capital política do país, foi o centro do poder e, ao mesmo tempo, na sua composição demográfica, uma enorme parcela da população, constituída tanto por ex-escravos quanto por operários, estava no setor informal. A grande maioria da população, na virada do século e hoje ainda, estava e está no setor informal, fora das relações disciplinares da fábrica. Há, portanto, uma polarização muito clara entre essa presença do poder, de um lado, e, de outro, essa massa da população que não tem uma tradição cívica de se envolver e agir de acordo com as normas do sistema representativo. Essa população nunca entrou dentro do sistema para criar uma prática democrática de governo. Ela foi inicialmente incorporada, a partir da década de 30, por esquemas populistas. Pedro Ernesto começou isso, como bem mostra o livro de Michael Conniff. Getúlio certamente seguiu o exemplo do Pedro Ernesto, no sentido de cooptar essa população, e gerou essa força populista aqui no Rio, que, como se viu nas últimas eleições, ainda é muito forte. A aliança de PT e PDT nestas eleições pode introduzir um elemento de organização nessa massa e assim, eventualmente, trazer algo novo. Certamente a origem puramente populista não levaria a isso. Mas também é uma aliança difícil, complicada, conflitiva. Não se sabe até onde ela vai. A questão é saber em que medida essa população, que sempre foi independente e agressiva, que em certos momentos se revoltava mesmo, pode ser enquadrada num sistema democrático de governo que possa levar a mudanças efetivas.

Outra novidade no Rio, que também não se sabe onde vai dar, é a entrada dos deputados evangélicos. Talvez haja aí uma pequena indicação de mudança, mas é puramente hipotética. Em Minas, o deputado federal mais votado foi o cabo que liderou a revolta da PM; entre os estaduais, o segundo mais votado foi um sargento que também liderou a revolta. Os dois foram candidatos pelo PL, e os dois são crentes. Uma coisa com que nunca trabalhei, mas acho que se tem de trabalhar, é o problema da relação entre religião e política. A identidade católica e a identidade política e, hoje, a identidade evangélica e a identidade política. Para os antropólogos, cidadania é identidade coletiva. Para eles alguém é cidadão pertencendo à Igreja católica, pertencendo a isso e àquilo, o que, a meu ver, quase que esvazia o conceito de cidadania. Não consigo ver o conceito de cidadania desvinculado do Estado-nação. Se nós tivermos que caminhar na direção americana, acho que vamos ter que substituir esse conceito, porque ele se torna equívoco. Estaríamos nos referindo a fenômenos bastante distintos, e seria melhor inventar um outro conceito de cidadania, em vez de manter esse.

No Império – não trabalhei com isso mas é uma coisa óbvia – ser cidadão e ser católico era a mesma coisa. Talvez eu não possa estudar a cidadania política no Império sem estudar a cidadania católica, porque havia essa união entre Igreja e Estado. E como hoje se trabalha com isso? O Rio daqui a pouco vai ser menos de 50% católico. Acho que esse é outro tema ao qual o Rio tem que prestar uma atenção enorme. Não sei se estão trabalhando com ele. A mudança não vai demorar. Os nossos dados já mostram que os católicos são 56%. Já é uma revolução religiosa, vai ser uma revolução cultural, e a pergunta é o que vai representar em termos de política. Teremos, então, uma grande capacidade não só organizativa, mas de ação coletiva, de estilo virtuoso, quer dizer, de trabalho gratuito pelo bem da Igreja, da comunidade. Há um potencial enorme aí. Como se liga isso à política? As nossas pesquisas mostram que as pessoas confiam em quem? Confiam em primeiro lugar nos líderes da religião. O que se conclui daí? Que isso pode significar eventualmente uma evolução do nosso estilo próprio de cidadania, que não passa por um estrito individualismo, por uma estrita definição do indivíduo como titular de direitos, mas passa pelo indivíduo como membro de uma comunidade em relação à qual ele tem responsabilidades e deveres.